



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Trabalho, questão social e serviço social

ATENÇÃO À SAÚDE MENTAL NA UFRN: CONHECENDO A POLÍTICA E SERVIÇOS PRESTADOS

Sarah Cristina de Oliveira Pinto¹

Resumo: A saúde mental é uma questão mundial hoje, especialmente entre estudantes universitários que enfrentam muitos desafios psicossociais durante sua vida acadêmica e pessoal. A fim de reforçar a importância das políticas e serviços de saúde mental na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, este estudo tem como objetivo principal mostrar os impactos positivos destas para a comunidade acadêmica. Realizamos uma análise quantitativa dos estudantes atendidos pela universidade, envolvendo seus perfis e os procedimentos burocráticos relacionados à implementação desses serviços. Este estudo também apresenta uma característica qualitativa, como proposta para pensar sobre a eficácia dessas políticas na saúde do aluno. Para abordar, realizamos uma revisão bibliográfica e documental, incluindo artigos, documentos oficiais e resoluções sobre o assunto, que pudessem trazer mais informações recentes sobre as políticas, o orçamento, os usuários e os profissionais envolvidos. A preocupação de atender às demandas do aluno por políticas de saúde mental é recente e ainda enfrenta muitos limites. Com a recente ameaça de redução ou suspensão de parte do financiamento das universidades federais, é inevitável questionar o impacto que esses reajustes fiscais terão na oferta de serviços de saúde mental da instituição. Concluímos que a discussão trazida neste estudo contribuiu para o entendimento atual de como os serviços de saúde mental poderiam ter um efeito positivo na vida acadêmica e pessoal dos alunos.

Palavras-chave: Saúde mental. Políticas públicas. Ensino superior.

Abstract: Mental health is a world major issue nowadays, especially among university students that faces a lot of psychosocial challenges during they academic and personal life. In order to reinforce the importance of mental health policies and services on the Federal University of Rio Grande do Norte, this study main aim is to show the positive impacts of it to the academic community. We carried out a quantitative analysis of the students attended by the university, involving their profiles, and the bureaucratic procedures related to the implementation of these services. This study also presents a qualitative feature, as proposed to think about the effectiveness of these policies on student's health. To address that we conducted a literature and documental review including articles, official documents, and resolutions about the subject that could bring more and recent information on the policies, the budget, users, and the professionals involved. The concern about to attend the student's demands for policies of mental health is recent and still faces many limits. With the recent threat of reduction or suspension of part of the federal universities funding, it is inevitable to question the impact that these fiscal readjustments will have on the mental health services offer by the institution. We conclude that the discussion brought in this study contributed to the current understanding of how mental health services could have a positive effect on academic and personal student's life.

Keywords: Mental health. Public policy. Higher education.

Introdução

¹ Estudante de Graduação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, E-mail: sarahcop@hotmail.com.br.

A formulação de políticas públicas e sociais que atendessem à temática da saúde mental e que se efetivam hoje no espaço universitário, local de análise deste artigo, foi imprescindível à existência de movimentos sociais que lutassem pelo atendimento das necessidades de pessoas que, por sofrerem enfermidades mentais, eram, primeiramente e exclusivamente, encarceradas em manicômios. Esses movimentos, em sua maioria, possuem uma análise que integra as condições de adoecimento mental na modernidade com os condicionantes da vida cotidiana provocados pelo sistema capitalista no qual nossa sociedade se insere. Desse modo, a pesquisa traz elementos dessa perspectiva, ao afirmar os usuários dos serviços de atendimento da instituição como sujeitos ligados direta ou indiretamente à classe trabalhadora, que possuem direitos constitucionais ao acesso aos serviços aqui comentados.

A exposição desse tema se faz necessária, diante de uma tendência atual de reajuste das verbas encaminhadas às instituições públicas de ensino superior, que trarão diversos impactos diretos, incluindo o de recrudescimento dos atendimentos de cuidado à saúde mental dos universitários, visto por nós como uma estratégia de retirada de direitos que incidem sobre a vida privada e pública dos estudantes de modo imediato, cruel e limitante. O objetivo central nesse artigo é o de mostrar o impacto positivo que essas políticas vêm causando no corpo discente, a fim de contribuir no fortalecimento da sua continuidade.

A proposta da pesquisa é entender como a política de assistência estudantil se insere nesse processo de atender a demandas de determinados movimentos a partir da elaboração e execução de políticas públicas voltadas para a saúde mental na UFRN, aliando um caráter quantitativo ao analisar estatísticas referentes aos universitários atendidos na instituição, seu perfil e os procedimentos burocráticos para administrar recursos que estejam envolvidos com o processo de execução de políticas públicas, ao caráter qualitativo, quando se propõe pensar o impacto da efetivação dessas políticas na saúde dos estudantes, do significado social que é o retorno à sociedade e suas reivindicações, considerando a saúde mental como elemento prioritário no espaço acadêmico formador de futuros profissionais.

O procedimento pretende ser exploratório e explicativo, visando desvelar a estrutura burocrática por trás da implementação e ampliação dos serviços de cuidado com a saúde mental na universidade em questão, partindo da pesquisa bibliográfica e documental de artigos recentes que trazem análises sobre a temática, resoluções e documentos oficiais referentes a essa determinada política e que possuem dados

atualizados sobre o orçamento, os usuários e os profissionais envolvidos, acreditando que esse material permitirá uma maior aproximação com o trato das políticas públicas no Brasil, sobretudo às voltadas para saúde mental influenciadas grandemente pela Reforma Sanitária e reivindicações de movimentos sociais.

Acrescenta-se a isso a necessidade identificada de se realizar visitas institucionais a setores da UFRN que estejam ligados a gestão e execução de políticas que abarcam a saúde mental, especialmente o NADIS¹ (Núcleo de Atendimento ao Discente) e o SEPA² (Serviço de Psicologia Aplicada), compreendendo que são canais de comunicação adequados para iniciar um diálogo com os profissionais desses departamentos sobre a caracterização dos serviços, o público destinado, a amplitude dos atendimentos e as restrições orçamentárias como elemento determinante da implementação das políticas nessa universidade.

Relação questão social/direito ao cuidado com a saúde mental universitária

As classes trabalhadoras e os movimentos sociais têm na questão social a problemática que os induz a resistir e lutar por um desenvolvimento social menos desigual.

A gênese da “questão social” encontra-se no caráter coletivo da produção e da apropriação privada do trabalho, de seus frutos e das condições necessárias à sua realização. [...] Sabemos que o capital é uma relação social por excelência que, na sua busca incessante de lucro, tende a expandir-se indefinidamente por meio da apropriação de trabalho não pago dos trabalhadores. [...] Em outros termos, o processo de acumulação ao realizar-se faz crescer o fosso das desigualdades entre as classes sociais – a acumulação da riqueza e da pobreza –, o que, por sua vez, restringe a capacidade de consumo das mercadorias produzidas. (IAMAMOTO, 2013, p. 330).

No contexto da saúde mental, a luta dos movimentos sociais é o fator que impulsiona a criação de políticas públicas e sociais sobre o tema.

De acordo com Potyara Pereira (2009), a temática das políticas sociais é complexa, pois, a política social é um tema que varia suas definições de acordo com o sistema no qual está inserida. No sistema capitalista de produção, a política social está posta na sociedade como matéria de estudo e como política. Pereira (2009, p. 171) afirma que:

No que diz respeito a sua configuração como política, é útil enfatizar que a política social se coloca e se inscreve num processo que ultrapassa os momentos de escolha e de tomada de decisão classicamente estudados pela ciência política. Seu relativo diferencial em relação a esta disciplina reside no fato de que a política (de conotação social) se expressa fundamentalmente como um princípio para a ação – incluindo, é claro, os momentos conflituosos de escolha e

de tomada de decisão, que fazem parte de qualquer política. (PEREIRA, 2009, p. 171)

Portanto, é possível afirmar que no sistema capitalista a política social está colocada como uma estratégia que visa atender e diminuir as expressões da questão social, estando ela em sua condição política inserida no ambiente das políticas públicas, no ambiente das políticas de ação.

No contexto da saúde mental, a política pública e social é formulada, através da Lei 10.216/01, como uma política que pretende auxiliar no atendimento de pessoas que, por possuírem transtornos mentais, têm necessidades específicas. Na UFRN, ela é colocada como atendimento de demanda a partir de política de assistência estudantil, ao entender que esse tipo de serviço é necessário como um dos elementos que contribuem para a permanência estudantil.

Pitta (2011) analisa que a luta pela construção de políticas que tivessem como alvo as pessoas que sofrem com transtornos mentais era para que houvesse, principalmente, uma sociedade sem manicômios, uma sociedade que oferecesse condições dignas de tratamentos para aqueles que sofrem com enfermidades mentais e ao mesmo tempo pertencem à classe trabalhadora, pois a sociedade capitalista é uma sociedade dividida em classes, sendo a classe burguesa a dominante enquanto a classe trabalhadora é uma classe que vive em condições de subalternidade.

Nas instituições de ensino superior, a saúde mental é tratada, nos alunos, a partir do Programa Nacional de Assistência Estudantil. De acordo com o portal do Ministério da Educação (2010), o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) “apoia a permanência de estudantes de baixa renda matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior (Ifes)”. A PNAES, como é conhecida, é regulamentada através do Decreto N° 7.234, de 19 de Julho de 2010, que em seu 1° (primeiro) artigo afirma que possui o objetivo de ampliar a permanência dos jovens nas Instituições de Ensino Superior, as IES.

Portanto, é através desse programa que as IES recebem condições de cuidar e atender as necessidades de saúde mental de seus alunos. Sendo a Universidade Federal do Rio Grande do Norte uma instituição federal de ensino superior, é através do Programa Nacional de Assistência Estudantil que ela recebe condições de oferecer atendimento e cuidado à saúde mental dos estudantes que necessitarem.

Dessa forma, o NADIS surge como implementação dentro dessa estratégia de auxílio estudantil há a seis anos. Profissionais recém-chegados ao quadro de servidores da universidade são selecionados pela direção do CCSA (Centro de Ciências Sociais Aplicadas) para trabalhar estratégias que atuassem nos altos índices de evasão,

reprovação e trancamento que os cursos do Centro estavam apresentando. Esse é o objetivo inicial do Núcleo e, a partir de um projeto elaborado por esses profissionais, ele inicia seus trabalhos seguindo esse foco. À medida que ele se torna um espaço direto de diálogo com os estudantes, outras demandas começam a ser expostas por eles, revelando elementos complexos por trás da evasão e reprovação, que iriam demandar outro tipo de articulação, reformulando o objetivo central, que passa a ser o de lidar com as questões que impactam no processo ensino-aprendizagem.

O Núcleo funciona hoje com uma equipe técnica pequena: uma psicóloga (que concedeu entrevista), uma pedagoga, uma estagiária de psicologia e, à época da entrevista, havia duas bolsas a serem ofertadas, uma para outro estudante de psicologia e uma para aluno de publicidade e propaganda. A quantidade de pessoas trabalhando nessa unidade influencia no horário de atendimento disponível, que compreende apenas o turno matutino e vespertino, fechando no intervalo para almoço.

Os discentes atendidos são tanto de graduação, como de pós-graduação, embora estes em número bem menor. Existe tanto a busca espontânea, na qual o próprio aluno vai ao NADIS em busca de serviços, como o inverso também acontece: faz parte do trabalho do Núcleo ir a turmas que estão em fase de construção de Trabalho de Conclusão de Curso, para construir estratégias que auxiliem esse processo. Os atendimentos realizados basicamente se constituem em: acolhimento psicológico, planejamento de estudo, reorientação profissional e oficinas.

Ao analisar as estatísticas semestrais e anuais, percebe-se que há um número muito maior na busca pelos atendimentos psicológicos do que pelos demais serviços, revelando a carência estudantil desse recurso. Não é o objetivo do Núcleo ofertar terapia, tanto pela ausência de espaço físico apropriado, como salas individuais, mas também pela quantidade pequena de profissionais. Porém, a demanda recebida com essa necessidade é muito grande e não há como ignorá-la. Há um ano, o NADIS e o CCSA, com apoio da PROAE, buscam transferência para um novo prédio, que abriria possibilidade de mais uma vez atualizar os objetivos e serviços prestados. Para isso, o novo local deverá contar com salas de atendimento individual e em grupos, além de expansão do quadro técnico, elementos essenciais para expansão da oferta.

O NADIS foi pioneiro em construir essa perspectiva de auxílio aos discentes. Nenhum outro Centro da Universidade possuía algo assim, os que existem hoje se guiam pelo seu modelo de trabalho. Foi quem primeiro planejou e efetivou esse serviço, entendendo a importância de acolher e atender a demanda. A partir da compreensão da Universidade como um recorte da sociedade que traz para si diversos elementos

complexos que perpassam renda, gênero, raça, identidade sexual e deficiências, que influenciam o rendimento acadêmico, a sensibilidade de entender que culpabilizar exclusivamente o indivíduo por seus avanços e retrocessos não seria útil para lidar com as problemáticas surgidas. Há atualmente ações junto aos docentes, a partir de intervenções e presença na semana pedagógica de cada curso.

Para alcançar o padrão de qualidade almejado, financiamento é um elemento determinante. Toda a verba que se destina ao Núcleo vem do CCSA, que arca com os recursos físicos. Os profissionais são concursados e a equipe de bolsistas que completa o quadro é mantida pelas bolsas de apoio técnico.

A partir desse entendimento de que o NADIS vem historicamente se moldando às necessidades que chegam a ele através das demandas, buscamos saber se há um contato próximo com os Centros Acadêmicos, entidades que representam os estudantes e seus interesses. Pelo entendimento do Núcleo, não. Esse laço pode ser mais estreito ou não, dependendo da gestão que está à frente do CA de cada curso. Não há uma ideia clara de que o cuidado com a saúde mental está presente nas pautas de militância dos CAs, nem há um diálogo permanente entre eles, embora o NADIS ressalte sua preocupação em atender demandas via os próprios usuários e a Direção do CCSA.

Além dos recursos financeiros que hoje limitam a expansão dos serviços do NADIS, existe uma dificuldade que compromete a busca pela efetivação do atendimento qualificado e integral. Reforçamos que

Universalidade/integralidade/equidade da atenção constituem um conceito tríplice, entrelaçado, quase um signo, com forte poder de expressar ou traduzir de forma muito viva o ideário da Reforma Sanitária brasileira. Consignas como cidadania, saúde como direito de todos e a superação das injustiças resultantes da nossa estrutura social estão implícitas no tríplice-conceito-signo. (CECÍLIO, 2001, p.1)

O serviço prestado pelo Núcleo não supre plenamente as necessidades do usuário, já que não é capaz de alcançar todas as esferas determinantes nas quais o sujeito está inserido. Não podendo ser perdido de vista que

[...] a integralidade e a equidade, enquanto objetivos da atenção em saúde, vão além do simples “consumo” ou acesso a determinados serviços e nos remetem ao campo da(s) micropolítica(s) de saúde e suas articulações, fluxos e circuitos que, afinal, configuram uma “macro” política de saúde que, por convenção (e inércia) temos chamado de “sistema de saúde”. Mais ainda, acho que pensar a equidade e a integralidade da atenção nos obriga a enxergar como o “micro” está no “macro” e o “macro” no “micro” e que esta recursividade, mais do que uma formulação teórica, tem importantes implicações na organização de nossas práticas. (CECÍLIO, 2011, p.1)

Existe uma articulação com demais setores da UFRN, como o SEPA e a PROAE, que buscarão complementar esse atendimento, inclusive a partir de encaminhamento para acompanhamento psiquiátrico realizado pelo DAS (Diretoria de Atenção à Saúde do Servidor), bem como indo além do espaço físico da instituição, buscando encaminhar usuários à serviços de saúde próximos à sua residência ou à universidade. Porém, barreiras são encontradas nesse processo. A alta demanda e a precarização do SUS surgem como impedimento para que esse atendimento qualificado se efetive, refletindo tanto na carência do usuário, como na frustração do profissional, que se vê limitado.

Considerações finais

A pesquisa buscou traçar um breve panorama a respeito da situação atual dos serviços de políticas públicas de atenção à saúde mental na UFRN, identificando sua relação com a histórica construção do movimento antimanicomial, que mostrou seu repúdio ao tratamento dado a pessoas em adoecimento psicológico, que se resumia na maioria das vezes ao encarceramento e isolamento da vida social.

A partir de diálogos e ações de profissionais da área da saúde, usuários desses atendimentos e/ou seus familiares e Estado, muitos avanços foram obtidos, entre eles a definição do conceito ampliado de saúde, que vai além do estado de não-adoecimento. Saúde passa a ser compreendida como um estado que contempla alimentação, habitação, educação, renda, entre outros, mas para nossa discussão um elemento que se destaca é o de que não há como ter saúde sem o acesso a serviços de qualidade que atuem na prevenção, tratamento e cura.

No espaço acadêmico, a preocupação em atender a essa demanda é recente e encontra muitos limites. Diante da conjuntura atual, que vem tornando cotidiana a ameaça de redução ou suspensão de financiamentos, é inevitável o questionamento sobre os impactos que esses reajustes fiscais terão sobre esses serviços da UFRN.

O NADIS apresenta alta efetividade nos serviços prestados. Surge a partir de pautas levantadas pelo Movimento Estudantil e Centros Acadêmicos, recebidas pelo Departamento, que mostrou iniciativa em consolidá-las. Atualmente vê-se distante dos CAs, ainda que entenda que continua ouvindo a demanda estudantil que chega diretamente ao Núcleo. Conta com pequeno espaço físico e poucos profissionais, mas ainda assim realiza diversas atividades com foco em atuar para aprimorar constantemente o processo ensino-aprendizagem e atender minimamente as exigências

de atendimento psicológico que recebe todos os dias, a ponto de se tornar hoje o principal serviço do núcleo.

Há interesse e necessidade de mudar o local de atendimento para uma estrutura maior, ampliando também a equipe profissional, para que seja possível ofertar atendimento de maior qualidade, em maior quantidade e nos três turnos, para então poder estar alinhado com a crescente quantidade de estudantes que buscam seus serviços. Para isso, apoio financeiro é imprescindível. Investimento público voltado para essa área se faz necessário, para garantia dos direitos dos usuários e para auxiliar no bom rendimento acadêmico.

Além do limite financeiro, outra barreira está no déficit de atendimento do SUS, resultado do seu sucateamento, que infere diretamente no impedimento do funcionamento da rede de saúde. atendimentos que o NADIS não realiza, devem ser realizados de alguma forma, então encaminhamentos se fazem necessários em muitos casos. Há articulação com outros serviços dentro da instituição, porém é comum que o quadro encontrado requeira acesso a unidades básicas de saúde ou a hospitais. Nesses casos, a preferência é que sejam próximos ao domicílio do usuário ou à própria Universidade, que cotidianamente não dão conta da demanda, devido a outros elementos que perpassam suas realidades.

Entende-se que as análises efetuadas no decorrer do presente artigo contribuem com a literatura sobre políticas de saúde mental e demonstram o potencial que o planejamento e execução de programas voltados para esse acolhimento atingem na qualidade de vida pessoal e acadêmica dos estudantes da UFRN. Essas análises reforçam a importância de investimento público na efetivação de ações planejadas com esse foco, bem como a necessidade de articulação de Movimentos Sociais para demarcar a necessidade da continuidade e ampliação desses serviços.

Como sugestões para pesquisas futuras, é possível apontar aqui duas possibilidades de desenvolvimento: a situação atual frente ao contingenciamento de investimentos e seu impacto no cuidado à saúde dentro das universidades federais que possuem Núcleos com perfil semelhante ao NADIS; e uma análise mais profunda sobre as potencialidades de construção e expansão de Núcleos ligados a outros Departamentos Universitários, visto que há uma sobrecarga no NADIS por receber alunos de toda a UFRN – ofertar serviços em outros espaços resultaria também no alívio dessa questão. Entende-se que as duas pesquisas sugeridas são importantes para o desenvolvimento da linha desenvolvida neste trabalho e relevantes para literatura de opções reais de forma geral.

REFERÊNCIAS

- BATISTELLA, Carlos. Abordagens contemporâneas do conceito de saúde. In: Fonseca AF, Corbo AD, organizadores. **O território e o processo saúde-doença**. Rio de Janeiro: EPSJV, Fiocruz; 2007. p. 51-86.
- BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de jul. de 2010. **Política de assistência estudantil**, Brasília, DF, jun., 2017. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/pnaes>>. Acesso em: 03 de jun. de 2017.
- _____. Decreto nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. **Lei orgânica da saúde**, Brasília, DF, jun., 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8080.htm>. Acesso em: 03 de jun. de 2017.
- _____. Lei n. 10.216, de 06 de abr. de 2001. **Lei Paulo Delgado**, Brasília, DF, jun., 2017. Disponível em: <<https://paulodelgado.com.br/lei-no-10-216-de-6-de-abril-de-2001/>>. Acesso em: 03 de jun. de 2017.
- _____. Nota técnica nº 11/2019. Brasília, DF, fev., 2019. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/13by1kfwEhYmJn8cOhse86bG_RtEDb-v8/view>. Acesso em: 10 de fev. de 2019.
- _____. **Política nacional de saúde mental**. Disponível em: <http://www.abp.org.br/portal/wp-content/uploads/2017/12/PoliticaNacionaldeSaudeMental_Apresentacao.pdf>. Acesso em: 03 de jun. de 2017.
- CAMPOS, C. M. S.; REIS, A. M. dos; SOARES, C. B. **Processo Saúde-Doença: concepções do movimento estudantil da área da saúde**. São Paulo: Saúde Soc. São Paulo, v.19, n.2, p.347-357, 2010.
- CECÍLIO, Luiz Carlos de Oliveira. **As necessidades de saúde como conceito estruturante na luta pela integralidade e equidade na atenção**. Rio de Janeiro: IMS/UERJ/ABRASCO, 2001. p. 1-13.
- CRUZ, Maria Teresa. Governo Bolsonaro quer trazer de volta os manicômios no Brasil. **Ponte Jornalismo**, 5 fev. 2019. Disponível em: <<https://ponte.org/governo-bolsonaro-quer-de-volta-os-manicomios-no-brasil/>>. Acesso em: 10 fev. 2019
- IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Brasil das desigualdades: “questão social”, trabalho e relações sociais**. SER social, Brasília, v.15, n. 33, p261-384, jul. / dez. 2013.

_____. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche:** Capital financeiro, trabalho e questão social. 3ed. São Paulo: Cortez, 2008.

IANNI, Octavio. **A questão social.** Revista USP, São Paulo, n. 3, p145-154, set. / nov. 1989.

PEREIRA, Potyara A. P. **Política Social: temas & questões.** São Paulo: Cortez, 2009.

PITTA, Ana Maria Fernandes. **Um balanço da Reforma Psiquiátrica Brasileira: Instituições, Atores e Políticas.** Ciência & Saúde Coletiva, [online]. 2011, vol.16, n.12, pp.4579-4589. ISSN 1413-8123. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232011001300002>.

Portal UNE. Disponível em: <http://www.une.org.br/2011/09/estrutura-do-movimento-estudantil/>. Acesso em: 19 de jun. de 2018.

Portal Memórias da Ditadura. Disponível em: <http://memoriasdaditadura.org.br/estudantes/index.html>>. Acesso em: 19 de jun. de 2018.

ROBAINA, Conceição. **O trabalho do Serviço Social nos serviços substitutivos de saúde mental.** São Paulo: Serviço Social e Sociedade, n. 102, p.339-351, jun. 2010.

WEBER, Renata. **Reforma Psiquiátrica e política de saúde mental no Brasil.** Brasília, novembro, 2005.

VIANNA, Lucila Amaral C. **Determinantes sociais de saúde:** processo saúde doença. UNIFESP/UNASUS. São Paulo, 2007. Disponível em: http://www.unasus.unifesp.br/biblioteca_virtual/pab/7/unidades_conteudos/unidade05/unidade05.pdf>. Acesso em: 03 de jun. de 2017.